

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

CNPJ nº 11.035.916/0001-01

Relatórios Financeiros e de Execução do Contrato de Gestão							
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em Milhares De Reais)							
Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.278	814	Contas e títulos a pagar	10	15	26
Contas a receber	6	53	25	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	11	5	562
Adiantamentos		13	72	Provisões trabalhistas e encargos	12	313	418
Estoques		162	240	Recursos de lei de incentivos fiscais	13	126	119
Despesas antecipadas		112	188	Contrato de gestão	14	2.001	100
		2.618	1.399			2.460	1.225
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	15	14.806	13.102
Depósito para recursos judiciais	7	14.813	13.109	Contrato de Gestão - Receita Diferida	14	2.813	1.649
Aplicações financeiras vinculadas	8	2.813	1.649	Obrigações com estado (ativo imobilizado)	16	1.015	1.305
		17.626	14.758			18.634	16.056
Ativo Permanente Vinculado ao Contrato de Gestão	9			Patrimônio líquido	17		
Imobilizado		931	1.224	Patrimônio social		121	111
Intangível		84	81	Superávit do exercício		44	10
		1.015	1.305			165	121
Total do ativo		21.259	17.402	Total do passivo e patrimônio líquido		21.259	17.402
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Milhares de Reais)							
	Nota	Patrimônio social	Fundo de reserva	Fundo de contingência	Superávits acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2014		975	147	1.000	1.618	3.740	
Superávit do exercício		-	-	-	10	10	
Transferência para contrato de gestão - Receita Diferida		(864)	(147)	(1.000)	(1.618)	(3.629)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		111	-	-	10	121	
Superávit do exercício		-	-	-	44	44	
Transferência do superávit acumulado		10	-	-	(10)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		121	-	-	44	165	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em Milhares De Reais)							
<p>1. Objetivos sociais A Associação Pró Dança ("Associação"), também denominada Pró Dança, inscrita no CNPJ sob o nº 11.035.916/0001-01, fundada em 23 de Junho de 2009, é uma Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e apartidária, tem por finalidades apoiar, incentivar, assistir, desenvolver, preservar e promover a cultura, a arte, a educação e a assistência social, cujo funcionamento rege-se á pelo seu Estatuto Social e pelas normas legais e regulamentos que lhe são aplicáveis. Para atendimento das finalidades a Associação Pró Dança envidará esforços, dentro de suas possibilidades e especialidades, no sentido de: 1. Manter a São Paulo Companhia de Dança e contribuir para a manutenção e melhoria do seu padrão de qualidade; 2. Fomentar a criação de espaços de expressão artística e intelectual que contribuam para a promoção da cultura, da educação e o acesso à dança e às artes em geral; 3. Difundir o repertório de dança brasileira e internacional; 4. Incentivar a participação de artistas brasileiros com reconhecido mérito artístico; 5. Produzir espetáculos de dança, promover apresentações no Brasil e no exterior da São Paulo Companhia de Dança; 6. Produzir documentários para exploração em DVD (Video Home), TV, internet, cinema e outras mídias existentes ou que venham a existir; 7. Promover, desenvolver e incentivar a formação e a difusão artística e cultural, através de projetos e programas de integração entre a dança e outras áreas do conhecimento, buscando, entre outras ações, o aperfeiçoamento de estudantes e profissionais da área da dança; 8. Constituir fundo de capital e outros necessários para a São Paulo Companhia de Dança, a ser composto, por exemplo, por doações, contribuições, recursos governamentais, eventuais excedentes financeiros e outros; 9. Difundir e explorar marcas e programas que possuam ou detenham os direitos de exploração, quando para tanto autorizada; 10. Apoiar ações e projetos da São Paulo Companhia de Dança, bem como desenvolver campanhas, realizar estudos e pesquisas, divulgar e distribuir informações, dados, trabalhos, documentos, entre outras atividades relacionadas com suas finalidades; 11. Defender e conservar o patrimônio histórico e artístico da dança brasileira, estimular e promover a produção e a difusão de manifestações e bens culturais e artísticos de valor regional e/ou universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória, bem como que estimulem a liberdade de expressão; 12. Apoiar a administração e o gerenciamento de espaços, inclusive negociar e receber por sua utilização por terceiros, bem como prestar serviços relacionados aos seus objetivos, podendo também contratar a prestação de serviços de terceiros; 13. Realizar, produzir, patrocinar e promover cursos, espetáculos, exposições, conferências, seminários, simpósios, debates, palestras, congressos e conclaves de tipos e natureza diversos; 14. Promover e difundir atividades artísticas e culturais nas diversas áreas de expressão artística, como dança, artes visuais, artes musicais, literatura, multimídia e outras; 15. Promover para a São Paulo Companhia de Dança atividades de produção artística, circulação (apresentação de espetáculos em âmbito nacional e internacional), constituição e preservação do registro e da memória da arte, bem como estimular a formação, capacitação, treinamento e o desenvolvimento de profissionais da área da cultura e artes; 16. Criar e manter uma instituição de ensino de dança, fomentando a educação e a cultura; 17. Realizar eventos e ou ações educacionais, para adultos, jovens ou crianças, especialmente no que tange à dança e às artes cênicas, incluindo atividades de capacitação e treinamento; 18. Desenvolver programas e projetos culturais para a população em geral; 19. Desenvolver programas de incentivo à formação de plateias para crianças, jovens e adultos; 20. Manter intercâmbios educacionais e culturais, com instituições nacionais e estrangeiras; 21. Desenvolver e publicar métodos pedagógicos de ensino das artes cênicas e da dança, bem como promover a publicação de matérias de interesse cultural e realizar a edição de livros relacionados ao objeto de sua atividade; 22. Colaborar ou participar de programas governamentais ou desenvolvidos por entidades privadas ou da sociedade civil que afetem ou sejam afins às suas áreas de atuação podendo inclusive, participar e/ou aceitar assentos em Comitês, Câmaras, Fóruns, redes e outros, assim como participar de outras pessoas jurídicas; 23. Firmar acordos operacionais, convênios ou outra forma de colaboração, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa, produção, elaboração, circulação, difusão, avaliação e implantação de projetos culturais, desde que voltados para os interesses da Associação Pró Dança; 24. Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, para o desenvolvimento de programas de governo na área da cultura, ou com este e/ou com a iniciativa privada, para a implantação, gestão e gerenciamento de equipamentos culturais, podendo inclusive negociar e receber por sua utilização por terceiros, quando para tanto autorizada; 25. Prestar serviços relacionados aos seus objetivos, podendo também contratar a prestação de serviços de terceiros; 26. Colaborar com os Poderes Públicos sempre que sua atuação for solicitada em benefício da arte, da cultura e da formação artística; 27. Oferecer bolsas e criar prêmios e concursos e outras ações de estímulos relacionadas com seus campos de atuação; 28. Incentivar a colaboração voluntária e atividades afins; 29. Fomentar a elaboração de políticas públicas nas áreas afetas aos seus objetivos; 30. Desenvolver e organizar bancos de dados, produtos, ferramentas, equipamentos, entre outros, relativos às suas áreas de saber; e 31. Realizar quaisquer atividades ou praticar atos necessários ou relacionados ao cumprimento de seu objetivo social. A Associação Pró Dança foi qualificada como Organização Social - O.S. conforme processo publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em trinta e um de Outubro de 2009.</p> <p>2. Contrato de Gestão A Associação Pró Dança (contratada) firmou novo Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014) com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por meio da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), pelo período de 5 anos, com vigência a partir de 1º de Dezembro de 2014, e tem por objetivo administrar, supervisionar e gerenciar a São Paulo Companhia de Dança, garantindo a preservação e divulgação do equipamento do governo (São Paulo Companhia de Dança) e suas finalidades em estreita consonância com a política da Unidade de Fomento e Difusão de Produção Cultural - UDBL e com diretrizes do Estado, na figura da Secretaria da Cultura. Para fomento e execução do contrato, seria repassada a importância global de R\$ 91.524. Para o exercício de 2014, a Contratante repassou a Contratada um total de R\$ 1.319. Em 09 de junho de 2015 foi firmado o 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Para fomento e execução do contrato, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 90.248. Para o exercício de 2015, a Contratante repassaria à Contratada um total previsto de R\$ 14.557. Para os demais exercícios repassaria um total de R\$ 17.021 (2016), R\$ 18.297 (2017), R\$ 19.670 (2018) e R\$ 19.383 (2019). Até o final do Exercício de 2015 a Contratante havia repassado à Contratada um total de R\$ 11.965, restando um saldo a haver de R\$ 2.592. Em 31/12/2015 foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo Decreto 61.776 que trata de crédito suplementar de R\$ 500 que foi efetivado em 06 de Junho de 2016. Em 20.06.2016 foi</p>							

Demonstrações do Resultado em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em Milhares de Reais)			
Receitas operacionais	Nota	2016	2015
Receitas do contrato de gestão	18	12.248	13.529
Receitas financeiras	19	2.029	1.487
Receitas de atividades próprias	20	1.742	1.550
Gratuidade - Serviços Voluntários		7	9
Outras receitas		9	10
		16.035	16.585
Despesas operacionais			
Custo das atividades fim			
Produções artísticas	21	(681)	(1.429)
Circulação	22	(2.353)	(1.488)
Educativo		(65)	(252)
Registro e memória		(88)	(144)
Produção de material		-	(57)
Despesas com pessoal	23	(6.636)	(7.271)
		(9.823)	(10.641)
Custo das atividades meio			
Despesas com pessoal	24	(1.856)	(1.873)
Despesas administrativas e gerais	25	(1.445)	(1.449)
Despesas financeiras e bancárias	26	(1.294)	(1.016)
Despesas fiscais e tributárias	27	(439)	(891)
Voluntários		(7)	(9)
Outras despesas	28	(1.127)	(696)
		(6.168)	(5.934)
Superávit/(déficit) do exercício		44	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em Milhares de Reais)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais		2016	2015
Superávit/(déficit) do exercício		44	10
Ajustes por: Transferências do Patrimônio Líquido para Contrato de Gestão em adequação ITG 2002		-	(3.629)
Depreciação e amortização		334	357
Provisão para contingência		1.704	2.746
Provisão para perdas de estoques		93	-
Resultado líquido ajustado (Aumento)/redução nos ativos		2.175	(516)
Em contas a receber		(28)	(25)
Em adiantamentos		59	(40)
Em estoques		(15)	(8)
Em despesas antecipadas		76	(129)
Em depósitos judiciais		(1.704)	(1.998)
Em aplicações financeiras vinculadas		(1.164)	(184)
Aumento/(redução) nos passivos			
Em contas e títulos a pagar		(11)	(49)
Em obrigações trabalhistas e encargos		(557)	13
Em provisões trabalhistas e encargos		(105)	49
Em recursos de lei de incentivos fiscais		7	92
Em adiantamentos de clientes		-	(581)
Em recursos do contrato de gestão (PC+PNC)		3.065	1.749
Em contrato de gestão - imobilizado		(290)	(342)
		(667)	(1.453)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.508	(1.969)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangíveis		(44)	(15)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(44)	(15)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		1.464	(1.984)
Demonstração do aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No fim do exercício		2.278	814
No início do exercício		814	2.798
Variação do caixa e equivalentes de caixa		1.464	(1.984)
Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em Milhares de Reais)			
		2016	2015
Superávit/(déficit) do exercício		44	10
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		44	10
pelo seu valor nominal. g) Depósitos judiciais: Refere-se a depósitos que visam suspender a exigibilidade de ações judiciais trabalhistas e ações da COFINS e do ISS, incidentes sobre as receitas próprias e as receitas decorrentes do contrato de gestão, e estão vinculados às obrigações no passivo não circulante. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. h) Aplicações financeiras vinculadas: Os saldos de aplicações financeiras vinculadas a reservas de capital estão classificadas no ativo não circulante e estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço. i) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. j) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. k) Patrimônio líquido: Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déicits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. l) Demonstração do fluxo de caixa: A Associação apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.			
5. Caixa e equivalentes de caixa:			
Recursos próprios		31/12/2016	31/12/2015
Caixa		1	1
Bancos conta movimento		165	120
		166	121
Contrato de Gestão nº 001/2014			
Caixa		1	2
Bancos conta movimento (a)		811	572
Recursos de lei de incentivo fiscal		26	2
Aplicações financeiras de curto prazo (b)		1.274	117
		2.112	693
		2.278	814
(a) Os saldos de bancos conta movimento são representados por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais; (b) As aplicações referem-se a fundos de investimentos em cotas de fundo de investimentos principal referenciado DI e classificado como caixa e equivalentes de caixa por possuir liquidez imediata e pelo fato da Administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com a necessidade de caixa da Associação. O fundo acompanha as variações diárias da taxa de juros do CDI ou da taxa SELIC, mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimentos. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras da Associação não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais. Em 2015 foram utilizados todos os recursos recebidos do Contrato de Gestão, inclusive os Recursos de Reserva, recomposto em 2016. O saldo em 2016 é para arcar com gastos totais até que seja repassada a primeira parcela do ano de 2017, previsto para ocorrer de 10 a 15 de Fevereiro de 2017.			
Composição das aplicações financeiras		31/12/2016	31/12/2015
Contrato de Gestão nº 001/2014			
Banco do Brasil – Fundo de Investimento		1.174	-
Lei de Incentivo Fiscal			
Banco do Brasil – Fundo de Investimento		100	117
		1.274	117
6. Contas a receber		31/12/2016	31/12/2015
Clientes – apresentações		63	27
Clientes – bilheterias e assinaturas		-	14
Outros		6	-
(-) PECLD		(16)	(16)
		53	25

Continua...

Continuação... A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no período encerrado em 31.12.2016 está demonstrada a seguir:

	PECLD	
	(16)	(16)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		
Adições	-	-
Baixas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		
7. Depósitos para recursos judiciais	31/12/2016	31/12/2015
Depósito judicial - COFINS	4.856	3.993
Depósito judicial - ISS	9.064	8.356
Depósito judicial - Trabalhista	893	760
	14.813	13.109

O montante atualizado de R\$ 14.813, em 31 de dezembro de 2016, suporta as contingências passivas (Nota Explicativa nº 15), em caso de decisão judicial desfavorável à Associação.

	31/12/2016	31/12/2015
8. Aplicações financeiras vinculadas		
Banco do Brasil – Fundo de Investimento (i)	943	-
Banco do Brasil – Fundo de Investimento (ii)	1.870	1.649
	2.813	1.649

(i) Fundo de Reserva: constituído como exigência do Contrato de Gestão nº 001/2014, de acordo com o Parágrafo Sétimo, da Cláusula Sétima, equivalente a 6% dos valores a serem repassados em 2016 e 2015. Em 2015 o valor foi utilizado em sua totalidade, sendo reconstituído em 2016; (ii) Fundo de Contingência: Como exigência do Contrato de Gestão nº 001/2014, de acordo com o Parágrafo Sétimo, da Cláusula Sétima, bem como em atenção ao disposto no artigo 1º do Decreto nº 54.340, de 15 de maio de 2009, o fundo será composto de 1,5% do valor repassado pela contratante a cada parcela, a partir do exercício de 2017. Os valores depositados no Fundo de Reserva só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança na hipótese de atrasos dos repasses por parte da SEC, condicionado à apresentação do plano de restituição e aprovação do Conselho da Administração, conforme Parágrafo Sétimo da Cláusula Sétima, letra (b). Os valores depositados no Fundo de Contingência só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança por deliberação de ¾ dos seus membros, e do Secretário da Cultura. No final do contrato, o saldo financeiro remanescente na reserva será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção com que foi constituído. Os recursos vinculados, registrados na rubrica de aplicações financeiras vinculadas, ativo não circulante, possuem como contrapartida a rubrica contábil "Contrato de gestão – Receitas diferidas" no passivo não circulante.

	Depreci	Líquido	Líquido
	ação Acu -	31/12/	31/12/
	Custo	mulada	2016
		2015	2015
Instalações	15	(6)	9
Móveis e utensílios	213	(89)	124
Maquinas, aparelhos e equipamentos	544	(224)	320
Instrumentos musicais	1	-	1
Condicionadores de ar	108	(45)	63
Equipamentos de informática	244	(96)	148
Cessão de uso de software	126	(42)	84
Bens móveis - permissão de uso	456	(190)	266
	1.707	(691)	1.015

	31/12/2016	31/12/2015
10. Contas e títulos a pagar		
Contas a pagar – serviços	8	15
Contas a pagar - materiais	-	1
Outros títulos	7	10
	15	26

	31/12/2016	31/12/2015
11. Obrigações trabalhistas e encargos		
Salários a pagar	1	161
INSS a recolher sobre salários	-	178
IRRF sobre salários	-	158
FGTS a recolher sobre salários	-	53
Impostos sobre receitas de prestação de serviços	4	5
Outras retenções	-	7
	5	562

	31/12/2016	31/12/2015
12. Provisões trabalhistas e encargos		
Provisão para férias	230	306
Encargos sociais sobre provisões	83	112
	313	418

	31/12/2016	31/12/2015
13. Recursos de lei de incentivos fiscais		
Projeto	100	119
PRONAC 149062 - Figuras da Dança	26	-
PRONAC 153711 – 3º Ateliê Internacional SPCD	-	-
	126	119

Corresponde a valores recebidos antecipadamente a título de patrocínio ou doações, para execução de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, de 23.12.1991, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura. O saldo está depositado em conta corrente específica, na rubrica caixa e equivalentes.

Descrição	Custo	Saldo em 31/12/15	Repasses Recebidos	Transfê- rência	Captação de Recursos	Receitas Financeiras	Transferência Imobilizado	Saldos em Consumo	31/12/16
Contrato de Gestão (001/2014)	100	14.012	(1.164)	-	1.834	1.829	290	(14.900)	2.001
Obrigações com Estado - Fundo de reserva	1.649	-	1.164	-	-	-	-	-	2.813
Obrigações com Estado - Ativo Imobilizado	1.305	-	-	-	-	-	(290)	-	1.015

Em 31 de dezembro de 2016 a Associação possui saldo de R\$ 2.001, registrados no passivo circulante/passivo não circulante, a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a NBC TG 07, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção

que são objetos de compensação.

	31/12/2016	31/12/2015
15. Provisão para contingências: A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais e administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo substancialmente questões tributárias e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes e com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante suficiente para cobrir as prováveis perdas com esses processos, podendo ser assim demonstradas:		
Provisão para contingências – COFINS (a)	4.856	3.993
Provisão para contingências – Trabalhistas (b)	886	753
Provisão para contingências – ISS (c)	9.064	8.356
	14.806	13.102

(a) **COFINS:** a Associação considera que todas as receitas derivadas de suas atividades são isentas da COFINS. Entretanto, a Administração vinha adotando posição conservadora e houve por bem recolher a COFINS sobre as receitas decorrentes de suas atividades próprias, procedimento este adotado do período de maio de 2010 a abril de 2011. Em recente decisão, o Fisco Federal deixou de reconhecer a isenção da COFINS sobre as receitas auferidas do Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado de São Paulo, sob o fundamento de que tais receitas possuem caráter contraprestacional. Ciente dessa nova postura do Fisco, a Associação, a partir de julho de 2011 passou a provisionar e a depositar judicialmente o correspondente a eventual incidência de COFINS sobre todas as receitas da Associação (receitas próprias e contrato de gestão), bem como efetuou o recolhimento judicial retroativo dos exercícios de 2009 e 2010; (b) **Trabalhistas:** o valor de reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Associação foi atualizado com base em informações dos assessores jurídicos. A Administração constituiu provisão em montante de R\$ 886, em face às expectativas de perdas prováveis com esses processos. Em 2014 a Associação efetuou um depósito recursal para recorrer do valor de indenização por danos morais pedidos pelo autor; (c) **ISS:** a Associação considera que todas as receitas derivadas de suas atividades e do contrato de gestão são isentas do ISS. Ciente do entendimento da Prefeitura de São Paulo de haver a incidência do imposto sobre todas as receitas (receitas próprias e contrato de gestão) por ela auferidas, a Associação passou a provisionar o correspondente, bem como efetuou o recolhimento judicial retroativo dos exercícios de 2009 a 2013, e desde então vem efetuando o depósito judicial somente sobre os recursos operacionais; (d) **CSLL:** a Associação não efetuou qualquer provisionamento quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pois a Administração e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits da Associação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro; (e) **Imunidade tributária a impostos:** A Associação em observância aos seus objetivos institucionais desenvolve dentre suas atividades a educação e a cultura, sem fins lucrativos, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea "c" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. A movimentação da conta está demonstrada conforme segue:

	31/12/2015	Adição	Baixas	31/12/2016
Tributárias	12.349	1.571	-	13.920
Trabalhistas	753	133	-	886
Total	13.102	1.704	-	14.806

16. Obrigações com o Estado (ativo imobilizado): A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado ao Contrato de Gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de "Contrato de gestão" no passivo circulante, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação. O ativo imobilizado adquirido pela Administração da Associação com o Contrato de Gestão será utilizado exclusivamente nos projetos incentivados.

	Líquido	Líquido
	31/12/2016	31/12/2015
Instalações	9	12
Móveis e utensílios	124	167
Maquinas, Aparelhos e Equipamentos	320	422
Instrumentos Musicais	1	1
Condicionadores de ar	63	84
Equipamentos de informática	148	181
Cessão de uso de software	84	81
Bens Móveis - permissão de uso	266	357
	1.015	1.305

17. Patrimônio líquido O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o dis-

	31/12/2016	31/12/2015
18. Receitas do contrato de gestão		
Contrato nº 001/2014	12.248	13.529
	12.248	13.529

posto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

	31/12/2016	31/12/2015
19. Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	574	461

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

À Administração e o Conselho de Administração da Associação Pró-Dança São Paulo - SP, **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Pró-Dança ('Entidade'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Pró-Dança em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avalia-

ção da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O conselho de administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

Quadro de Metas Técnicas da São Paulo Companhia de Dança Ano 2016

RESUMO DO PLANO DE TRABALHO - METAS OBRIGATORIAS					
EIXO 1: CRIAÇÃO, MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE OBRAS COREOGRÁFICAS					
Nº	Ação	Indicador	Meta Condicionada em 2016	Meta Condicionada Realizado em 2016	ICM %
1	Produzir Novas Obras para seu Repertório	Número de Obras	3	3	100%
2	Realizar a Manutenção de Obras do Repertório	Número de Obras	12	12	100%
3	Realizar Ateliê de Coreógrafos Brasileiros	Número de Obras	1	1	100%
EIXO 2: DIFUSÃO DA DANÇA - TEMPORADAS NA CIDADE DE SÃO PAULO					
Nº	Ação	Indicador	Meta Condicionada em 2016	Meta Condicionada Realizado em 2016	ICM %
4	Realizar Apresentação de Espetáculos em São Paulo / SP	Quantidade de Espetáculos	30	30	100%
5		Quantidade Mínima de Público / Nº de Espectadores	10.500	16.686	159%
EIXO 2: DIFUSÃO DA DANÇA - CIRCULAÇÃO NO INTERIOR E LITORAL DO ESTADO					
Nº	Ação	Indicador	Meta Condicionada em 2016	Meta Condicionada Realizado em 2016	ICM %
6	Realizar Apresentação de Espetáculos no Interior	Quantidade de Cidades	6	6	100%
7	e Litoral do Estado de São Paulo	Quantidade de Espetáculos ao Público Geral	10	10	100%
8		Quantidade Mínima de Público / Nº de Espectadores	3.500	4.653	133%
EIXO 3: APRESENTAÇÕES PARA ESTUDANTES E TERCEIRA IDADE					
Nº	Ação	Indicador	Meta Condicionada em 2016	Meta Condicionada Realizado em 2016	ICM %
9	Realizar Apresentação de Espetáculos	Quantidade de Espetáculos	8	8	100%

Descontos e abatimentos	15	1
Variações monetárias (a)	1.262	1.005
Outras receitas	178	-
	2.029	1.467

(a) Refere-se a atualização monetária dos depósitos para recursos judiciais do ISS e da Cofins.

	31/12/2016	31/12/2015
20. Receitas próprias		
Receitas de atividades culturais e artísticas (a)	1.261	716
Vendas de ingressos, bilheterias e assinaturas	268	310
Doações e patrocínios privados	103	455
Projetos incentivados – lei de incentivo à cultura	72	31
Outras	38	38
	1.742	1.550

(a) As receitas de atividades culturais e artísticas foi direcionada à despesa de viagem conforme item (a) da nota 22. Circulação

	31/12/2016	31/12/2015
21. Produções artísticas		
Prestadores de serviços - Pessoa Jurídica	(301)	(632)
Prestadores de serviços - Pessoa Física	(73)	(206)
Despesas com viagens	(90)	(253)
Taxas, impostos e contribuições	(132)	(221)
Despesas gerais	(85)	(117)
	(681)	(1.429)

	31/12/2016	31/12/2015
22. Circulação		
Prestadores de serviços - Pessoa Jurídica	(1.152)	(1.109)
Prestadores de serviços - Pessoa Física	(22)	-
Despesas com viagens (a)	(1.032)	(338)
Taxas, impostos e contribuições	(74)	(31)
Despesas gerais	(73)	(10)
	(2.353)	(1.488)

(a) O lastro financeiro desta despesa é a receita de captação conforme demonstrado na nota 20 – Receitas Próprias.

	31/12/2016	31/12/2015
23. Custo com pessoal nas atividades fim		
Salários e remunerações	(4.672)	(4.990)
Encargos sociais	(1.460)	(1.760)
Benefícios	(478)	(507)
Estagiários/Aprendizes	(17)	(10)
Outras	(7)	(4)
	(6.636)	(7.271)

	31/12/2016	31/12/2015
24. Despesas com pessoal nas atividades meio		
Salários e remunerações	(1.351)	(1.309)
Encargos sociais	(407)	(410)
Benefícios	(96)	(133)
Estagiários/aprendizes	-	(20)
Outras	(2)	(1)
	(1.856)	(1.873)

	31/12/2016	31/12/2015
25. Despesas administrativas e gerais		
Prestadores de serviços - Pessoa Jurídica	(663)	(701)
Bens e materiais	(42)	(43)
Depreciação/amortização	(334)	(357)
Concessionárias de serviços públicos	(123)	(126)
Seguros	(68)	(32)
Prestadores de serviços - Pessoa Física	(195)	(148)
Outras	(20)	(42)
	(1.445)	(1.449)

	31/12/2016	31/12/2015
26. Despesas financeiras e bancárias		
Despesas bancárias	(25)	(27)
Varição monetária passiva	(1.269)	(989)
	(1.294)	(1.016)

	31/12/2016	31/12/2015
27. Despesas fiscais e tributárias		
Impostos e taxas	(5)	(563)
Contribuições sociais	(434)	(328)
Total	(439)	(891)

	31/12/2016	31/12/2015
28. Outras despesas		
Resultado com encerramento do Contrato de Gestão nº 038/2009 (a)	(1.012)	(669)
Custo das mercadorias vendidas	(22)	(27)
Provisão de perda de estoque	(93)	-
Total	(1.127)	(696)

(a) O resultado reflete a nova metodologia de contabilização dos recursos da Associação em reunião de 16.07.2015 em conformidade com a NBC TG 07. O saldo mencionado na referida conta foi transferido para a conta de Contrato de Gestão – Receita Diferida no passivo em virtude da utilização da nova metodologia contábil a partir de

...Continuação					
Continuação do Quadro de Metas Técnicas da São Paulo Companhia de Dança Ano 2016					
10	Dirigidos a Estudantes e Terceira Idade	Quantidade Mínima de Público / Nº de Espectadores	2.800	3.294	118%
EIXO 3: PALESTRAS DE DANÇA					
Nº	Ação	Indicador	Meta Condicionada em 2016	Meta Condicionada Realizado em 2016	ICM %
11	Realizar Palestras de Dança	Quantidade de Palestras	7	7	100%
12		Quantidade Mínima de Público/Nº de Participantes	455	602	132%
EIXO 3: OFICINAS DE DANÇA					
Nº	Ação	Indicador	Meta Condicionada em 2016	Meta Condicionada Realizado em 2016	ICM %
13	Realizar Oficinas de Dança	Quantidade de Oficinas	5	5	100%
14		Quantidade Mínima de Público/Nº de Participantes	125	251	201%
PERFIL DE PÚBLICO E QUALIDADE DE SERVIÇOS PRESTADOS					
Nº	Ação	Indicador	Meta Anual 2016	Realizado	Realizado
15	Medir a Satisfação do Público dos Espetáculos	Porcentagem de Satisfação do Público (ótimo/bom)	> ou = 75%	> ou = 75%	100%
16	Medir a Satisfação do Público com as Atividades Educativas	Percentual de Público Satisfeito	> ou = 75%	> ou = 75%	100%
FINANCIAMENTO E FOMENTO					
Nº	Ação	Indicador	Meta Anual 2016	Realizado	% Realizado
17	Captar Recursos	Mínimo de 4% do Valor Repassado no Ano	R\$ 540.000,00	R\$564.345,30	105%
RESUMO DO PLANO DE TRABALHO - METAS CONDICIONADAS					
EIXO 1: CRIAÇÃO, MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE OBRAS COREOGRÁFICAS					
Nº	Ação	Indicador	Meta Condicionada em 2016	Meta Condicionada Realizado em 2016	ICM %
18	Produzir Novas Obras para seu Repertório	Nº de Obras	4	3	75%
19	Realizar Manutenção de Obras do Repertório	Nº de Obras	4	2	50%
21	Realizar Apresentações de Espetáculos em São Paulo / SP	Quantidade de Espetáculos	4	1	25%
22	Ampliação das Apresentações no Estado de São Paulo e Litoral	Quantidade de Cidades	8	4	50%
23		Quantidade de Espetáculos	12	5	42%
EIXO 2: DIFUSÃO DA DANÇA - CIRCULAÇÃO EM OUTROS ESTADOS DO BRASIL					
Nº	Ação	Indicador	Meta Condicionada em 2016	Meta Condicionada Realizado em 2016	ICM %
24	Realizar Apresentações em Outros Estados do País	Quantidade de Cidades	4	3	75%
EIXO 2: DIFUSÃO DA DANÇA - TURNÊS INTERNACIONAIS					
Nº	Ação	Indicador	Meta Condicionada em 2016	Meta Condicionada Realizado em 2016	ICM %
25	Realizar Turnês Internacionais	Quantidade de Turnês	3	2	67%
26		Quantidade de Cidades	14	11	79%
27		Quantidade de Espetáculos	27	24	89%
28		Quantidade Mínima de Público/Nº de Espectadores	9.450	17.443	185%
EIXO 3: ATIVIDADES EDUCATIVAS, ACESSIBILIDADE E FORMAÇÃO DE NOVAS PLATEIAS: PALESTRAS E OFICINAS DE DANÇA					
Nº	Ação	Indicador	Meta Condicionada em 2016	Meta Condicionada Realizado em 2016	ICM %
31	Realizar Palestra para Educadores	Nº de Palestras	30	18	60%
32	Realizar Oficinas de Dança	Nº de Oficinas	30	19	63%
33	Realizar Audiodescrição de Novas Obras	Nº de Audiodescrições	7	5	71%
40	Realizar Documentário Figuras da Dança	Nº de Documentários Produzidos e Lançados	2	1	50%
41		Nº de DVDs Reproduzidos de Cada Documentário	1.000	1.000	100%
42	Incluir Novos Verbetes no Dança Em Rede	Nº de Verbetes	300	160	53%
43	Realizar Filmagem das Novas Obras da Companhia e do Ateliê dos Coreógrafos Brasileiros	Nº de Filmagens	7	4	57%
FINANCIAMENTO E FOMENTO - CAPTAÇÃO - METAS CONDICIONADAS					
Período de Captação Anual			Realizado		
Total Acumulado			R\$ 1.227.971,08		
QUADRO RESUMO DE PÚBLICO DAS METAS CONDICIONADAS REALIZADAS					
Atividade			Público		
Realizar Apresentações de Espetáculos em São Paulo/SP			144		
Ampliação das Apresentações no Estado de São Paulo e Litoral			3.246		
Realizar Apresentações em Outros Estados do País			4.680		
Realizar Turnês Internacionais			17.443		
Realizar Palestra para Educadores			738		
Realizar Oficinas de Dança			630		

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal examinaram as contas e balanço da Associação Pró-Dança, referentes ao exercício encerrado em 31/12/16, e decidiram apresentá-los ao Conselho de Administração, opinando pela sua aprovação.

Durval Borges Moraes - Presidente

Joaquim José de Camargo Engler

Priscila Grecco de Oliveira Neves

Conselho de Administração

José Fernando Perez - Presidente
 Maria do Carmo Abreu Sodré Mineiro - Vice-presidente
 Andrea Calabi
 Beatriz Hack
 Eric Klug

Jeferson de Souza Dias
 Gioconda Bordon
 José de Oliveira Costa
 Ricardo Campos Caiuby Ariani

Flávia Regina de Souza Oliveira
 Ricardo Uchoa Alves de Lima
 Rodolfo Villela Marino
 Silvana Tinelli

Inês Vieira Bogéa Diretora Executiva e Artística CPF 514.174.306-30.

Rogério Geriah Paganatto CRC 1SP 131987/O-3 CPF 129.306.908-60.

Autoridade Certificadora Imprensa Oficial informa

Novas cadeias de certificação digital

Estão disponíveis para serem instaladas as novas cadeias de certificação digital da Autoridade Certificadora Imprensa Oficial SP RFB G4 e Autoridade Certificadora Imprensa Oficial SP G4.

Informamos que os certificados emitidos a partir de 23 de fevereiro de 2015 serão reconhecidos por estas cadeias.

A ação é necessária porque a Autoridade Certificadora Imprensa Oficial está mudando a sua plataforma tecnológica. Mais eficiência, agilidade, segurança e qualidade na prestação de serviços serão os benefícios obtidos com a mudança.

As novas cadeias de certificação digital estão disponíveis no site da Imprensa Oficial (www.imprensaoficial.com.br), no item Certificação Digital | Suporte.



Mais informações:

SAC: 0800 01234 01 ou no site da Imprensa Oficial
www.imprensaoficial.com.br no link Fale Conosco

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO**